



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 26 de Agosto de 2019

Mais horas na escola

São preocupantes os sinais do governo de Jair Bolsonaro (PSL) quanto à manutenção dos programas de fomento ao ensino em tempo integral, uma das políticas educacionais de maior impacto na melhora do aprendizado dos alunos.

Até julho, a União não havia liberado recursos para tal finalidade nos níveis fundamental e médio — em 2018, esses valores totalizaram R\$ 400 milhões.

Numa contrapartida um tanto heterodoxa, o Ministério da Educação anunciou neste mês que ampliaria o acesso ao ensino integral por meio de parcerias com faculdades, que receberiam estudantes da educação básica em troca de bônus na avaliação oficial.

A pasta depois esclareceu que manteria as transferências para as 1.024 escolas beneficiadas no ano passado, podendo elevar o número.

A meta do Plano Nacional de Educação é incluir no horário integral 25% dos alunos da creche ao nível médio até 2024 — em 2018 só 15% foram atendidos nesta modalidade.

Não está claro, porém, qual será a estratégia para tal. Nem mesmo parece bem definida a aventada parceria com as instituições de ensino superior, que não necessariamente têm estrutura e profissionais preparados para receber crianças por várias horas ao dia.

Nações com resultados superiores aos do Brasil em testes internacionais oferecem, em sua maioria, sete horas diárias de instrução ou mais a seus estudantes.

Estudos indicam que aumentar a carga horária — oferecendo reforço em matérias como português e matemática, além da possibilidade de frequentar disciplinas eletivas e participar de clubes e de projetos — resulta em melhores resultados e menor evasão.

Estudo da FGV e do Instituto Sonho Grande com jovens que concluíram o ensino médio em escolas pernambucanas aponta que aqueles formados nas escolas integrais tiveram maior chance de ingressar no ensino superior e maior remuneração ao começar a trabalhar.

O MEC deveria incentivar experiências bem-sucedidas como a de Pernambuco, que melhorou seu resultado no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e hoje tem mais de 50% das escolas estaduais com horário ampliado.

No estado de São Paulo, o governo João Doria (PSDB) promete, acertadamente, elevar em 24% a quantidade de atendidos na modalidade integral em 2020.

Dadas as severas limitações de recursos, é imprescindível que os gestores da educação priorizem políticas comprovadamente eficazes.

Longe de polarização nacional, estados articulam ações educacionais entre si

Migração de secretários contribuiu para cooperação; MEC perde protagonismo, avalia especialista

Angela Pinho

Escola sem partido contra liberdade de cátedra, cartilha de alfabetização versus construtivismo, Paulo Freire nunca ou Paulo Freire sempre. Dominado por temas como esses, o debate nacional sobre educação não parece ter hoje muito mais que oposição e conflito.

Longe do ringue das redes sociais, porém, a questão tem sido tratada de forma mais desarmada. Sem alarde, governos estaduais promovem um intercâmbio cada vez maior de políticas educacionais

A troca de experiências é resultado de fatores como migração de profissionais, consolidação de bons exemplos e atuação nacional de organizações não governamentais. A gestão Bolsonaro também contribuiu indiretamente ao priorizar a guerra ideológica na educação em detrimento da gestão, dizem especialistas.

Para Priscila Cruz, presidente da organização Todos pela Educação, as constantes trocas de equipe do MEC (Ministério da Educação) e a

demora da pasta em definir políticas para a área acabaram por deixar um vácuo na área que foi logo preenchido.

“As pessoas responsáveis pela oferta educacional perceberam rapidamente uma perda de protagonismo do governo federal”, afirma. “Esse espaço tem sido ocupado pelo Congresso e pelos estados, que pararam de esperar o MEC e passaram a olhar para o lado”

O diálogo acontece em encontros presenciais no Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e também no dia a dia.

Secretária-executiva da pasta de Alagoas, Laura Cristiane de Souza conta que participa de dois grupos no Whatsapp: o do conselho e outro só de gestores do Nordeste. “A gente sempre conversa, tira dúvida, compartilha problemas em comum”, diz.

Turbinadas por essa maior facilidade de diálogo, algumas iniciativas educacionais têm se tornado espécies de franquias. Entre elas, a marca mais valorizada hoje em dia é a do Ceará.

Com uma das menores rendas

médias do país, o estado se destacou por seus resultados na alfabetização. Uma das chaves do sucesso na área foi a parceria desenvolvida com os municípios, principais responsáveis pela etapas iniciais da escolarização

Para apoiá-los, o governo cearense desenvolveu um conjunto de medidas que incluem material didático estruturado, formação de professores e um incentivo financeiro: as cidades que avançam mais recebem uma fatia maior do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), para usar em qualquer área da administração.

O modelo foi adotado neste ano em Pernambuco e está em fase de implantação ou estudo pelos governos de Alagoas, Amapá, Espírito Santo e São Paulo — chefiados por MDB, PDT, PSB e PSDB.

Outro modelo que tem sido estudado e replicado no país é do ensino médio de Pernambuco, fortemente calcado no tempo integral, no qual o aluno escolhe disciplinas optativas e constrói projetos.

O estado foi o único, ao lado do Amazonas, a cumprir a meta do Ideb





(Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para a etapa em 2015.

Entre os que se inspiraram na ideia estão o próprio Ceará e o Espírito Santo, que alcançou as melhores médias em português e matemática na avaliação mais recente, de 2017. Os resultados hoje inspiram São Paulo, que pretende ampliar o ensino integral.

A rede paulista também tem um exemplo de política educacional para exportação. A iniciativa dos clubes juvenis, que reúnem estudantes com interesses comuns em áreas como cultura e esporte, serviu de exemplo para Alagoas —que, por sua vez, criou programa de seleção de dirigentes de ensino entre os professores das melhores escolas, medida adaptada por dois governos.

As trocas de experiências educacionais país são potencializadas pela migração de profissionais. Só neste ano, aja-nela de transferências na área movimentou cinco postos.

Em São Paulo, a gestão João Doria (PSDB) levou à secretaria de Educação Rossie-li Soares, ex-ministro e ex-secretário do Amazonas. Para secretário-executivo, foi trazido Haroldo Corrêa, ex-titular da área no Espírito Santo.

Em Goiás e Minas, processos seletivos para a escolha de secretários levaram às pastas de educação Fátima Gavioli, que já tinha comandado a área em Rondônia, e Julia Sant'Anna, profissional com passagem de oito anos pela secretaria da Educação do Rio de Janeiro.

Do seu estado, conta Julia, ela trouxe a experiência de verificação dos cardápios da merenda e de controle da frequência escolar ao longo do ano letivo para detectar alunos em vias de evasão. No sentido contrário, espelhou-se no Paraná e no Espírito Santo para o transporte escolar de Minas.

As trocas envolvem viagens de técnicos de um estado a outro. Há ainda ex-servidores das secretarias de educação que passaram a trabalhar em ONGs e ajudam a fomentar o intercâmbio educacional pelo país. É o caso de alguns que passaram pelo Ceará.

“Como têm capilaridade, [as ONGs] acabam por disseminar várias experiências”, diz Márcio Brito, secretário executivo de Cooperação com os Municípios da pasta cearense.

Além de trazer boas ideias, Claudia Costin, pesquisadora da FGV e colunista da Folha, aponta outra razão para secretários compartilharem problemas e soluções com colegas de outros estados.

“Muitas vezes o gestor se sente isolado porque tem questões que não pode ou não quer discutir com sua equipe —por exemplo, quando tem que substituir alguém ou está sob pressão política. É importante nesses casos ouvir alguém com experiência que não esteja diretamente envolvido na questão e possa manter a confidencialidade”, diz.

Atualmente, Claudia é mentora de quatro secretários estaduais. A medida faz parte de uma tendência de profissionalização do cargo que tem sido vista em parte do país, diz Fred Amâncio, secretário de Educação em Pernambuco e vice-presidente do Consed.

Para a presidente do Todos pela Educação, porém, é preciso ver com cautela esse processo. “Em geral os secretários nomeados logo após a eleição são os mais técnicos, mas isso muitas vezes muda ao longo do mandato”, diz.

Prova disso é o recente caso do agora ex-secretário de Educação do Distrito Federal, Renato Parente. Outro gestor com experiência em outro estado —no caso, a rede municipal do Rio—, ele deixou oposto na capital federal após discordar da decisão do governador, Ibaneis Rocha (MDB), de impor o modelo militar a escolas que haviam se manifestado contra a mudança. Em seu lugar, entrou um nome ligado ao mundo jurídico.

ENCCEJA »

Chance de terminar os estudos

Milhões de brasileiros fizeram ontem o exame nacional que certifica a conclusão dos ensinos fundamental e médio para quem não concluiu a educação básica no tempo padrão. Mais de 100 mil pessoas se inscreveram no DF

» ALEXANDRE DE PAULA



A cabeleireira Clara retomou os estudos depois de 10 anos e fez as provas

À procura de melhores oportunidades e do sonho de conseguir avançar nos estudos e na vida profissional, milhares de pessoas fizeram ontem o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) em Brasília. Dos mais de 2,9 milhões de inscritos do país, mais de 100,4 mil são da capital federal. O Encceja serve para emitir certificados de conclusão de ensinos fundamental e médio para brasileiros que não conseguiram terminar os estudos na idade padrão.

Depois que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deixou de

poder ser usado para essa finalidade, em 2017, o Encceja ganhou força e passou a ser cada vez mais procurado. Nesta edição, as provas foram aplicadas ontem em 611 municípios brasileiros. Em 15 de setembro, haverá também provas em 18 cidades do exterior. Em 8 e 9 de outubro, o exame será aplicado para privados de liberdade.

Dos 2,9 milhões de inscritos, 2,3 milhões se inscreveram para obter a certificação do ensino médio; e outros 641 mil, para tentar a do ensino fundamental. Os participantes fizeram provas de manhã e à tarde. A redação do ensino médio foi sobre “a organização do tempo e o acesso às redes sociais”. Já quem busca a certificação do ensino fundamental teve de escrever acerca das “novas formas de consumo consciente”.

Esperanças renovadas

Aos 66 anos, Ilda Maria da Silva fez o Encceja para tentar a certificação do ensino médio. A dona de casa diz que sentia vontade de estudar para se sentir melhor e ter mais facilidade nas tarefas cotidianas. “Eu tinha dificuldade para fazer contas, para resolver problemas no banco. Então, voltei a estudar recentemente, o que me ajudou e, hoje, vim tentar a certificação”, conta.

Estudar e buscar conhecimento, revela Ilda, fizeram com que a autoestima dela aumentasse. “A gente se sente para baixo perto de

uma pessoa com mais estudo. Hoje, eu sei que estou correndo atrás do que quero, mesmo que muita gente ache que passou do tempo”, comenta. O próximo passo, assegura, é entrar em uma universidade. “Ainda vou pensar no curso. Só não quero nada que envolva matemática”, informa, com bom humor.

O aposentado Armando Passos, 63, também fez o Encceja com o desejo de retomar o sonho antigo de completar os estudos. Ele quer concluir o ensino médio e fazer engenharia elétrica. “Parei na juventude, não consegui conciliar a escola com o trabalho”, lembra. “Quero dar esse exemplo para os meus netos e evoluir. E evoluir é também adquirir conhecimento, poder ter uma formação.”

A dificuldade para conciliar trabalho e estudo também impediram a copeira Laurinete Alves, 50, de continuar no colégio. Ela espera conseguir a certificação para tentar concursos públicos e buscar crescimento. “Também quero fazer faculdade. Vou tentar publicidade e propaganda, a distância”, comenta.

Crescimento profissional

A cabeleireira Clara Rocha, 35, conta que parou de estudar há cerca de 10 anos. À época, engravidou e não conseguiu concluir o ensino médio. Ficou sabendo do Encceja recentemente e quis aproveitar a





oportunidade para conseguir o certificado. “É uma chance muito boa de a gente crescer profissionalmente, de conseguir novas oportunidades.”

Talita Pereira, 26, está desempregada e acredita que a certificação do ensino médio ajudará a conseguir mais chances de emprego. “É importante demais, está difícil e isso deve colaborar”, acredita. É o segundo ano que ela faz as provas do Encceja. “No ano passado, ficou faltando passar em algumas disciplinas. Voltei para concluir”, disse. Ela sonha em fazer faculdade e, no futuro, tornar-se policial.

Os dados sobre o exame, como o número de abstenções, serão divulgados apenas hoje, em balanço do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela organização da prova. O gabarito oficial, de acordo com o Inep, será divulgado em até 10 dias úteis. Participantes podem acompanhar o site [enceja](http://enceja.nacional.inep.gov.br)

nacional.inep.gov.br.

Cortes vão do cafezinho a obras de prevenção

Aperto nas contas públicas força queda de 23,6% nas despesas. Contenção na Saúde chega a 42%, afetando programas como o Farmácia Popular. Investimentos em Programa de Educação Básica têm tombo de 72%

MANOEL VENTURA

BRASÍLIA- Dados inéditos do Ministério da Economia mostram como o aperto nas contas públicas neste ano tem afetado a execução das despesas de manutenção da máquina e dos investimentos federais. Nos seis primeiros meses de 2019, a execução das chamadas despesas discricionárias (que não são obrigatórias) caiu 23,6%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Na Saúde, a redução foi de 42%, de R\$ 16 bilhões para R\$ 9,1 bilhões.

Praticamente todas as áreas do governo são afetadas pelo corte. O crescimento do gastos obrigatórios, especialmente com pessoal e aposentadorias, reduz o espaço para despesas discricionárias. Como o governo precisa cumprir a meta de resultado das contas públicas — estipulada em um rombo de R\$ 139 bilhões este ano —, acaba bloqueando recursos de manutenção da máquina e, principalmente, investimentos. Neste ano, o contingenciamento já chega a R\$ 33 bilhões.

Até o cafezinho do Ministério da Economia foi cortado para o governo conseguir economizar a manter

serviços básicos. Mesmo assim, o dinheiro está curto. Só há recursos para manter os sistemas da Receita Federal até 24 de setembro. Se o órgão não receber autorização para gastar mais, terá de desligar os computadores que servem para processar toda a arrecadação federal, incluindo as declarações e restituições do Imposto de Renda, por exemplo.

EDUCAÇÃO: PERDA DE 17%

A maior redução de gastos no primeiro semestre do ano foi na área de organização agrária. Ela contempla os temas da reforma agrária, da agricultura familiar e de comunidades quilombolas. A queda foi de 53,7%.

Apesar de a maior parte do Orçamento da Saúde ser obrigatória, o ministério também sofre com menos recursos. Nessa área, os gastos com o Programa Fortalecimento do Sistema Único de Saúde caíram de R\$ 12,4 bilhões, no primeiro semestre de 2018, para R\$ 7,5 bilhões no mesmo período deste ano. Dentro desse programa, estão ações como o Farmácia Popular e a implementação do Mais Médicos, por exemplo.

Na Educação, a redução dos gastos não obrigatórios no primeiro semestre foi da ordem de 17%. Nos seis primeiros meses do ano, os investimentos do Programa Educação Básica registraram um tombo de 72% na comparação com 2018. Os recursos caíram de R\$ 250 milhões para apenas R\$ 70 milhões. Nessa conta, por exemplo, os gastos no apoio

à implementação de escolas para educação infantil recuaram de R\$ 129 milhões para R\$ 9 milhões.

Outra redução foi registrada nos investimentos do Programa de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, que caíram 39,5% em um ano. O dinheiro executado para o apoio a obras preventivas de desastres saiu de R\$ 93 milhões, em 2018, para R\$ 54 milhões este ano. Apenas R\$ 1 milhão foi destinado a informações de alerta de cheias e inundações.

CRISE PIORA O CÁLCULO

O próprio Ministério da Economia observa que a diferença na execução dos gastos deve-se não apenas à tendência geral de "expulsão" das despesas discricionárias pelo avanço das obrigatórias, mas também ao controle adicional dos gastos em 2019 diante da revisão para baixo das projeções de crescimento do PIB e das receitas federais.

Todo o Orçamento de 2019 foi elaborado no ano passado, considerando um crescimento de 2,5% para o PIB. A previsão oficial, agora, é de 0,8%, em linha com as projeções do mercado. O PIB é o principal parâmetro para o cálculo da receita federal estimada no ano. Quando a estimativa de receita cai, o governo tem dificuldades para cumprir a meta de resultado fiscal. A equipe econômica busca receitas extras para liberar recursos no fim de setembro.

Aprende matemática? Dane-se

O bolsonarismo deve ter encontrado sinais de marxismo gramsciano e ideologia de gênero nas quatro operações da matemática.

Só isso explicaria a decisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de não renovar o contrato do Programa de Iniciação Científica e Mestrado dos jovens que ganharam medalhas nas Olimpíadas de Matemática e chegaram às universidades. São 650 alunos e cada um deles recebe R\$ 400 por mês. Coisa de R\$ 3,1 milhões por ano. (Nos seus primeiros meses, o governo gastou R\$ 1,6 milhão com medalhas para seus agraciados.)

As Olimpíadas de Matemática são a mais bem sucedida experiência pedagógica já criada para o andar de baixo de Pindorama. A garotada das escolas públicas faz a prova e a cada ano são distribuídas medalhas de ouro, prata e bronze. Além do prêmio, os medalhistas entram num Programa de Iniciação Científica que lhes dá acesso a dois dias por mês de aulas em universidades próximas.

Originalmente, a Viúva cobria os custos do transporte e as refeições. A máquina de moer carne dos educatecas limou essa ajuda e hoje ela está em R\$ 100 mensais. Se o garoto mora longe, tem acesso às aulas pela internet.

Em 2015 as trigêmeas medalhistas Fábيا, Fabiele e Fabiоla Loterio comoveram o país com sua história. Elas tinham 15 anos e viviam na roça no distrito de Rio do Norte, no Espírito Santo. Não tinham internet em casa e a escola ficava a 21 quilômetros da propriedade onde seus pais plantavam verduras.

Hoje as trigêmeas estão na Universidade Federal do Espírito Santo. Com os recursos da família dificilmente poderiam viver com os R\$ 400 da Bolsa do CNPq. Graças a uma iniciativa da TIM, elas continuarão na universidade, pois recebem R\$ 1.200 cada uma. (A TIM ajuda 200 jovens num programa que lhe custa R\$ 2,9 milhões anuais.) Quem depende só do CNPq, irá às favas.

Se ninguém gritar, em setembro

o CNPq poderá cortar também o Programa de Iniciação Científica, que dá bolsas de R\$ 100 mensais a 6.000 medalhistas. Foi esse o programa que permitiu às trigêmeas o acesso às suas primeiras aulas com professores da Federal do Espírito Santo.

É difícil entender por que os educatecas de Bolsonaro metem a faca em programas que custam pouco e estimulam jovens que demonstraram suas capacidades. De certa maneira, só tungam a garotada do andar de baixo, aquela que precisa de R\$ 100 ou R\$ 400 mensais. Isso, no meio do ano letivo.

Quebrando-se a cabeça, pode-se suspeitar que o governo tenha percebido o ativismo maligno das quatro operações da matemática. Aprendendo a somar, os jovens podem juntar ambientalistas, quilombolas, LGBTs e petistas. Os mais espertos poderão aprender a multiplicá-los, subtraindo antiglobalistas e milicianos. Para os profetas desse novo tempo isso poderia levar a uma divisão.

Proteção das crianças e da lei

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 3.446, que questionava artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/1990) que proibem o recolhimento pelo Estado de jovens em situação de rua. A decisão do plenário da Suprema Corte é uma importante defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, que não devem ser flexibilizados sob pretexto de ampliar a atuação estatal. Ao tratar dos direitos fundamentais, o ECA define que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Em concreto, o art. 16, I estabelece que “o direito à liberdade compreende (...) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais”. O PSL, que propôs a Adin, postulou que esse dispositivo seria inconstitucional, já que limitaria desmedidamente o poder do Estado. O art. 16, I do ECA está em plena conformidade com a Constituição. No art. 227, a Carta Magna traça um marco jurídico claro a respeito das crianças e dos adolescentes, consagrando o princípio da proteção integral. “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, diz a Constituição.

Como ressaltou o ministro Gilmar Mendes, relator da Adin 3.446, a exclusão do art. 16, I do ECA é que poderia resultar em violações a direitos humanos e fundamentais, “agravando a situação de extrema privação de direitos aos quais são submetidos as crianças e adolescentes no País, em especial para aqueles que vivem em condição de rua”, disse o relator. Outro dispositivo

questionado pelo PSL foi o artigo 230 do ECA, que prevê pena de detenção de seis meses a dois anos a quem “privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente”. É uma importante proteção à liberdade. Para apreender uma pessoa é preciso haver ordem judicial ou flagrante.

Só faltava que, sob a alegação de respeitar a Constituição, fossem autorizadas detenções arbitrárias. Bem fez o STF ao rejeitar unanimemente tal abuso. Vale lembrar que o poder público pode e deve proceder à apreensão em flagrante de menores pela prática de atos infracionais. O que não pode – constitui crime – é apreender criança ou adolescente simplesmente porque está na rua. As crianças e os adolescentes também têm liberdade de ir e vir. O PSL ainda questionou a inexistência de medidas socioeducativas para crianças que cometem ato infracional. Para o STF, é constitucional a decisão do legislador de não aplicar medidas mais severas às crianças. Estando em processo de desenvolvimento, a criança precisa ser, antes de mais nada, protegida e educada.

A Adin 3.446 foi proposta em março de 2005. Ou seja, o STF demorou mais de 14 anos para julgar a ação, o que é evidentemente um absurdo. De toda forma, o reconhecimento da constitucionalidade do ECA é de grande importância nos tempos atuais, em que, sob pretexto de aumentar a segurança pública, se tenta diminuir as liberdades civis. Para manter a ordem pública, não é preciso desrespeitar direitos e garantias fundamentais, aí também incluídos os das crianças e adolescentes. Durante a campanha eleitoral de 2018, o então candidato do PSL, Jair Bolsonaro, disse que o ECA “tem de ser rasgado e jogado na latrina”. Que o STF, cumprindo sua missão de defesa da Constituição, garanta a permanência do Estado Democrático de Direito. Em sua integralidade.

**Enquanto isso...
Na sala de Justiça**

Está na pauta da Primeira Seção do STJ de quarta-feira Mandado de Segurança (MS) em que o ex-reitor da UnB Timothy Martin Mulholland recorre contra ato do ministro da Educação que o demitiu do cargo de professor da universidade, em 2015. Ele aponta ilegalidade da medida, pois o prazo para aplicar a pena de demissão (cinco anos) teria vencido em 2014. Também pede que seja reconhecida a nulidade do processo administrativo disciplinar que culminou em sua demissão, por suposta falta de imparcialidade dos servidores que o conduziram. Em relatório do MEC, o professor foi acusado de integrar um suposto esquema de corrupção com envolvimento da Editora da UnB e da Fundação UnB, entre 2007 e 2008, que somaria R\$ 19,5 milhões.

MISTÉRIO »**Advogada continua desaparecida**

Funcionária terceirizada do MEC saiu para trabalhar na sexta-feira e não foi mais vista. A Polícia Civil teve acesso a imagens que mostram a mulher, de 26 anos, em parada de ônibus na Esplanada dos Ministérios

»ALEXANDRE DE PAULA



A família de Letícia Sousa Curada Melo pede ajuda para encontrá-la

A advogada Letícia Sousa Curada Melo, 26 anos, que

desapareceu na sexta-feira, ainda não foi encontrada. Funcionária terceirizada do Ministério da Educação (MEC), ela saiu de casa, em Arapoangas (Planaltina), na manhã de sexta-feira, rumo ao trabalho e, desde então, a família não conseguiu mais contato com ela. A 31ª Delegacia de Polícia (Planaltina) investiga o caso e confirmou a existência de imagens que mostram Letícia em uma parada de ônibus na Esplanada dos Ministérios.

O marido da jovem, Kaio Fonseca Curado de Melo, 25, foi o último a encontrá-la. Ele conta que a mulher saiu de casa por volta das 7h para trabalhar. “Ela pediu dinheiro de manhã para pagar a condução. Provavelmente, pegou uma lotação pirata e saiu”, lembra. Letícia tinha marcado um almoço com a mãe, mas não apareceu. “Por isso, a mãe dela foi ao Ministério, às 15h, e descobriu que ela também não tinha ido.”

Kaio assegura que não havia qualquer problema, mudança de comportamento ou indício que pudesse levantar algum tipo de suspeita com relação a Letícia. O casal tem um filho de 3 anos. “Foi uma surpresa total. Não teve briga, nenhum problema, nada. Além de tudo, não dá para pensar nem na possibilidade de ela ter fugido, porque ela nunca deixaria nosso filho

para trás”, ponderou. Segundo familiares, Letícia era extremamente dedicada ao trabalho e aos estudos.

Comoção

Além da ausência no ministério, a advogada não foi à aula do curso de pós-graduação que fazia. “Ela nunca faltou ao trabalho. Nunca deixaria de ir à pós, ela lutou muito para conseguir entrar na Escola Superior do Ministério Público e fazer esse curso”, diz Kaio. O caso gerou comoção nas redes sociais. Em nota publicada no Facebook, a seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) informou que o presidente da instituição, Délio Lins e Silva, solicitou à corregedoria da Polícia Civil o máximo empenho na busca por Letícia.

Ao sair de casa, ela usava saia jeans comprida e uma blusa amarela, calçava tênis e estava com o cabelo solto. Letícia levava uma bolsa marrom, similar a uma mochila. Quem tiver qualquer informação pode ligar para os seguintes números: 99140-1237, 99228-7795 ou 99163-9922. Denúncias anônimas também podem ser feitas para a Polícia Civil, pela central 197.

Brasileirinhos do mundo



TUDO JUNTO AGORA Ensino bilíngue: a neurociência mostra que uma segunda língua estimula várias funções cognitivas no cérebro

Por Maria Clara Vieira

Ouvir que seu filho vai sair da escola falando inglês perfeitamente soa como rock and roll para pais da era da globalização. Eles sabem que ser fluente na língua franca dos tempos da internet já não é mais só desejável — virou ferramenta obrigatória em boa parte das carreiras. Prometendo justamente isso — ensinar aos alunos inglês desde criancinhas —, multiplicam-se em ritmo acelerado, sobretudo nas capitais, as escolas bilíngues, que martelam o segundo idioma quase tanto quanto o português, e suas irmãs mais radicais, as escolas

internacionais, onde a última flor do Lácio é o segundo idioma. Nos dois casos, o aprendizado se mescla com um currículo carregado de interatividade e de reforço das chamadas habilidades socioemocionais, um movimento planetário que tem como propósito formar cidadãos do mundo. “O bilinguismo hoje em dia está quase sempre vinculado a uma experiência mais ampla, com ambições globais”, explica a consultora Letícia Pimentel, que trabalhou na implementação desse tipo de ensino em diversas escolas de São Paulo.

Um levantamento da Associação

Brasileira do Ensino Bilíngue (Abebi) mostra que, desde 2014, o mercado cresceu 10% e movimentou 250 milhões de reais atualmente. Só em São Paulo, onde existem 71 instituições de ensino bilíngue e oito internacionais, o número de alunos saltou, em cinco anos, de 27.800 para 47.600, segundo a Organização das Escolas Bilíngues de São Paulo. Não há uma legislação detalhada para a distribuição do tempo entre inglês e português nas escolas que ensinam duas línguas, embora todas elas apliquem, em paralelo, as disciplinas previstas na Base Nacional Comum Curricular. A Eleva, no Rio de Janeiro, apresenta metade do conteúdo em inglês em todas as séries, ao passo que na Concept, de São Paulo, os pequeninos recebem 90% do que lhes é ensinado em inglês e os mais velhos, 60%. A proporção muda nas escolas internacionais, aquelas que têm sua matriz no exterior e priorizam os currículos de seu país de origem — na Escola Americana do Rio, quase todo o conteúdo é em inglês e a carga de português é maior para os alunos daqui do que para os estrangeiros.

Em vista dessas variações, o bom-senso recomenda um equilíbrio entre os dois idiomas para quem vai seguir os estudos no Brasil e maior proporção da segunda língua para os que planejam continuar sua educação fora — e uma seleção criteriosa por parte dos pais (veja o quadro), já que bilíngue não é





sinônimo automático de qualidade. “O segundo idioma tem de fazer parte do dia a dia da escola, e não só de uma disciplina”, alerta o coordenador pedagógico da Eleva, Márcio Cohen. Seja qual for a quantidade de línguas oferecida, a ciência mostra que apresentar a criança a dois idiomas só faz bem ao seu desenvolvimento — e, quanto mais cedo, melhor. Como o aprendizado da segunda língua envolve áreas do cérebro distintas da usada para aprender a língua-mãe, ele incentiva a formação de novas sinapses. “Esse estímulo melhora, inclusive, o desempenho em outras tarefas cognitivas, como memória, raciocínio e criatividade”, diz Ariovaldo Silva, neurocientista da Universidade Federal de Minas Gerais.

O sonho de consumo dessa nova leva de escolas é a Avenues, nascida em Nova York (conhecida, entre outros famosos, por ser a alma mater de Suri, a filha de Tom Cruise) e instalada em São Paulo desde 2018. Ela aplica um currículo personalizado e, na unidade paulista, apenas os chamados world courses (história, geografia e ciências sociais) são dados em português — além das aulas do próprio idioma. “Não se fala mais em bilinguismo sem considerar o multiculturalismo”, explica Cristine Conforti, a diretora pedagógica da instituição. Uma característica comum a todas as boas escolas que ensinam em duas línguas é a utilização do Project Based Learning, metodologia na qual as disciplinas interagem por meio da elaboração de projetos. No Mastery, atividade eletiva da Avenues para as três últimas semanas do ano, os alunos

desenvolvem projetos pessoais em qualquer área, desde que conciliem princípios de português, matemática e inglês.

No âmbito das onipresentes competências socioemocionais, a Eleva carioca oferece uma “aula de vida”, na qual os alunos são ensinados a lidar com as emoções. A escola conta também com um maker space, espaço onde se aprende (em inglês) questões práticas do dia a dia, como mexer com eletricidade. “Minha filha está tendo uma ótima preparação para a vida adulta”, diz a gerente de produtos Bruna Accioly, 41 anos, mãe de Rafaela, 11 anos, e de Felipe, 8, que também estuda lá. A Gurilândia, de Salvador, explorou no primeiro trimestre o tema “Onde estamos”. “Todas as turmas estudaram imigração. Falamos sobre xenofobia, preconceito, e junto trabalhamos geografia, história e gramática”, diz a diretora pedagógica Denise Rocha. Escolas tradicionais também estão se convertendo ao bilinguismo. A Pueri Domus, de São Paulo, promoveu uma reviravolta em 2016. O novo currículo, quase todo em inglês e em período integral, abraçou os projetos interdisciplinares e o desenvolvimento de habilidades como liderança e resiliência. “Do total, 90% permaneceram na escola, apesar do aumento da mensalidade”, afirma a diretora Christina Sabadell.

Desde a chegada de dom João VI e sua corte ao Brasil que idiomas estrangeiros são disciplinas obrigatórias nas escolas. Naqueles tempos em que a elite era fluente em francês, um decreto real institucionalizou o ensino público

dessa língua e também do inglês. Como aqui tudo cresce e floresce, só que bem devagar, a teoria viraria prática 29 anos depois, na inauguração do Imperial Colégio de Pedro II (no Rio até hoje). Mas em geral o inglês nas escolas é fraco e nos cursos particulares, até por falta de tempo, também deixa a desejar. É nessa lacuna que as bilíngues crescem.

No mundo ideal, todas as salas de aula brasileiras seriam bilíngues. No entanto, a Abebi calcula que no máximo 3% das 40?000 escolas privadas do Brasil ensinem um segundo idioma para valer (na Argentina e no Chile o percentual chega a 10%). A disseminação do aprendizado em duas línguas empaca na barreira do preço. Nas escolas bilíngues, a mensalidade vai de 3?000 a 5?000 reais. Nas internacionais, o preço é ainda mais salgado, beirando os 10?000 reais na Avenues. “Vivemos em um mundo conectado, e falar só português, de fato, limita os relacionamentos”, diz Claudia Costin, do Centro de Excelência em Políticas Educacionais da FGV. “Mas não se pode dizer que a escola tradicional esteja ultrapassada, desde que ela cumpra seu papel mais importante, que é ensinar a pensar.” “A educação do futuro é aquela que prepara os jovens para alcançar objetivos, fazer grandes coisas”, concorda o especialista americano Marc Prensky, da Universidade Harvard. Ele vai mais longe e considera a urgência atual de aprender inglês um fenômeno transitório: em poucos anos, a função de entender um idioma estrangeiro caberá aos tradutores digitais, como o do Google.





OLHOS (E OUVIDOS) BEM ABERTOS

Não é fácil comprovar se uma escola tem de fato condições de formar crianças fluentes em inglês.

Abaixo, algumas pistas que ajudam os pais



Entre nas salas de aulas em inglês e observe se a comunicação é 100% nessa língua



Verifique se os cartazes e os trabalhos expostos nas paredes estão em português e inglês



Caso saiba falar o idioma, fique atento ao nível de fluência dos professores



Pergunte como e com que frequência a escola avalia o avanço dos alunos na segunda língua



Indague sobre o preparo oferecido à criança que entra sabendo falar só português

Enceja faz amanhã edição com recorde de inscritos

Para especialistas, procura por exame que serve de validação dos ensinos fundamental e médio mostra falhas na educação básica

RAFAELA D"ELIA*
CONSTANÇA TATSCH

Marcada para amanhã, a prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) teve número recorde de inscritos este ano: 2,9 milhões de pessoas contra 1,7 milhão em 2018, um aumento de 67%. O exame, gratuito, serve como validação dos ensinos fundamental ou médio para quem não teve oportunidade de concluir os estudos na idade apropriada.

Para especialistas, uma das principais razões para o aumento da procura está no fato de o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que oferecia a certificação do ensino médio desde 2009, ter devolvido essa função para o Enceja há dois anos: a imensa maioria dos candidatos (2,3 milhões) busca o diploma dessa etapa da educação básica. Apesar de a mudança ter acontecido já há algumas edições, a informação teria chegado aos interessados gradativamente.

Marizete Farias, 29, é uma das pessoas que teve dificuldades na escola e hoje tenta o Enceja. Ela concluiu o ensino fundamental aos 21, logo depois se casou e foi

trabalhar sem terminar os estudos. Agora tenta o diploma para voltar às salas de aula: sonha ser psicóloga.

— Estou retomando minha vida agora, quero seguir o sonho de ter uma carreira —relata, animada.

Muitos especialistas atribuem também o alto número de inscrições a deficiências na educação básica.

— É preocupante porque mostra o desastre do nosso ensino médio. Um número enorme de crianças não vai para o médio e, mesmo entre as que vão, muitas desistem —afirma o ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) José Francisco Soares.

Consultora em educação, Andrea Ramal também considera o recorde um retrato da educação brasileira: alto acesso nos primeiros anos, com quase 100% das crianças na escola, e queda ao longo do percurso. Mas ela também ressalta outros fatores.

— O nível de aprovação é maior. No Enem, era de apenas 14% e, com o Enceja, uma prova mais apropriada, o índice passa de 30%, dando um entusiasmo maior. Outro aspecto é o desemprego. Ter um diploma de ensino médio pesa muito em uma seleção.

*Estagiária sob supervisão de Flavia Martin

Educação com diálogo e respeito

» RAFAEL PARENTE
Ex-ministro da Educação

Em novembro do ano passado, o Correio publicou um artigo meu em que descrevia uma visão de como seria a nossa gestão. Expliquei por que o investimento na educação pública deve ser a prioridade máxima de qualquer governo, que a rede distrital de educação tem várias vantagens em relação a outras redes estaduais e elenquei os principais desafios: infraestrutura, condições de trabalho, políticas efetivas de formação continuada, de reconhecimento, comunicação, articulação e transparência.

A partir da transição, nos debruçamos sobre os dados e partimos para a seleção de uma superequipe e de um plano estratégico, todo baseado em evidências científicas, que chamamos de EducaDF. Esse plano contém cinco bandeiras e foi apresentado antes de outras áreas e antes de outros secretários estaduais, ainda no fim dos 100 primeiros dias de governo.

As bandeiras são como guarda-chuvas de ações e políticas a serem implementadas durante os quatro anos de governo, com focos específicos: a primeira prioriza o cuidado e a formação de profissionais; a segunda se preocupa com a violência e com a indisciplina

nas escolas; a terceira é uma macropolítica de ação afirmativa, focando nas instituições que mais precisam de apoio; a quarta, olha para os alunos e estabelece estratégias para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços oferecidos; a quinta, finalmente, mira inovações com e sem as novas tecnologias. Cada bandeira inclui um conjunto de ações e a equipe está criando os indicadores de sucesso para cada uma delas.

Durante esses quase oito meses em que estive à frente da pasta, descentralizamos e melhoramos os cursos de formação continuada, triplicando o número de professores cursistas. Investimos R\$ 43 milhões em reformas de pequeno e médio porte para que 405 de nossas escolas pudessem ser ainda mais acolhedoras e inspiradoras. Começamos a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, e de mais inovação em sala de aula. Ampliamos a internet de qualidade em mais de 200 escolas e começamos a troca de todo o parque tecnológico, com mais de 7 mil computadores e prevendo computadores, projetores ou tevês em todas as salas de aula. Criamos as Viradas Pedagógicas, um dia no mês em que toda a rede deve refletir e estudar os temas mais relevantes, como saúde mental e competências socioemocionais. Começamos a produção de material didático próprio. Criamos as Caravanas da Educação para que todos os assessores e chefes de áreas

pudessem conhecer a ponta, o que temos de bom, de ruim, para ouvir e estimular quem está, de fato, “carregando o piano”. Visitamos entre oito e 10 escolas por semana, quase 150 escolas durante os primeiros sete meses. Essas foram algumas das várias ações implementadas com sucesso e com resultados reconhecidos não só pela rede, mas também por toda população.

Apesar de termos uma equipe bem qualificada e comprometida e um plano a ser seguido, não nos faltam desafios a serem superados. Por conta do orçamento gigantesco da pasta, interesses diversos atrapalham um trabalho que deveria ser 100% técnico. A frequência de ingerências “políticas” é alta, como a indicação de centenas de nomes, vários sem conhecimentos ou competência necessários para fazer um bom trabalho. Na desenho atual do GDF, nenhuma pasta consegue fazer, realmente, o seu planejamento orçamentário. O orçamento aprovado nasce deficitário e a Secretaria de Economia controla todos os pagamentos. Em muitas escolas, a participação das famílias e comunidades é baixa e estávamos criando um novo programa para tentarmos reverter este quadro. A motivação dos profissionais da educação é um fator que precisa de atenção constante e a valorização salarial não pode ser deixada de lado.





Neste segundo semestre, algumas questões nos pareciam mais relevantes: é preciso conscientizar profissionais e alunos sobre a importância da Prova Brasil e todas as provas externas. Mesmo sabendo que elas não são perfeitas, elas são o que temos de melhor, geram nossos indicadores oficiais e mostram a cara da educação do DF para todo o Brasil. Além disso, nós criamos uma proposta para modificar a lei da gestão democrática. Nossos diretores de escola precisam ter formação e ferramentas adequadas, mas também devem ser avaliados. Para que alguém se candidate a esse posto, precisa comprovar que tem o perfil e o conhecimento necessário. Finalmente, estávamos começando a planejar o ano de 2020, com uma série de mudanças benéficas para profissionais e comunidades escolares.

Transformar qualquer rede educacional é algo complexo, que

requer diálogo, planejamento e avaliação constantes. Nenhum gestor conseguirá melhorar a educação trabalhando contra professores, profissionais ou comunidades escolares. Ou se trabalha com eles, ou o fracasso da gestão é garantido. Com isso em mente, lideramos uma gestão moderna, que em pouquíssimo tempo obteve excelentes resultados, alta aprovação da rede e da população. Uma gestão profissional e efetiva não pode estar relacionada a decisões rápidas e, por vezes, intempestivas. Tampouco ela pode ser galgada em decisões autoritárias. Os melhores gestores são profissionais que inspiram, escutam, confiam e respeitam. Isso é verdade para qualquer área, mas, principalmente, para a educação. Meu muito obrigado a todos que me abraçaram e me deram tanto carinho durante esse período em que fui secretário de Educação do Distrito Federal.

Sirenes estão proibidas nas escolas

Está em vigor uma nova lei que proíbe a utilização de sirenes nas escolas do Distrito Federal. A Câmara Legislativa derrubou, na semana passada, veto do governador Ibaneis Rocha à proposição, de autoria dos deputados distritais Cláudio Abrantes (PDT) e Robério Negreiros (PSD). “O projeto nasceu do pedido de famílias de pessoas com autismo, uma vez que esses sinais são terrivelmente prejudiciais a esses alunos, podendo até mesmo desencadear crises neles”, disse Cláudio Abrantes. Em vez das sirenes, as escolas poderão utilizar sinais sonoros mais amigáveis, tais como músicas ou até mesmo poesias.



Ministro da Educação quer lançar universidades digitais

Intenção de Abraham Weintraub é levar debate ao Congresso Nacional

Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira (23) que a intenção do governo é lançar um programa de universidades e institutos federais de educação digitais. De acordo com o ministro, a ideia é que boa parte da formação nessas instituições seja realizada por meio de educação à distância. A ideia ainda está em estudos no Ministério da Educação (MEC).

"O nosso projeto é sim EaD [Ensino à Distância] e a gente está preparando uma universidade federal digital e um instituto federal digital. É pra lá que a gente vai caminhar", disse o ministro durante cerimônia para anunciar repasse para o programa Inovação Educação

Conectada, voltado para levar internet banda larga a escolas das zonas rurais do país.

O ministro não deu mais detalhes de como funcionariam as instituições, mas disse que a intenção é levar o debate ao Congresso Nacional. A ideia é alterar partes do Plano Nacional de Educação (PNE). "O Congresso é soberano e hoje eu tenho o PNE e no PNE você tem métricas e metas que preveem isso, a construção de mais campi universitários. Vou fazer o convite para aos parlamentares para a gente rediscutir o PNE. Em vez de colocar metas que não representem o bem estar para toda a sociedade, talvez a gente poderia colocar uma meta de universalizar a internet para todas as escolas do país", disse o ministro.

De acordo com Weintraub, a ideia é que os estudantes façam módulos de ensino e que escolham durante esse percurso a área de formação.

"Isso cai muito o custo com refeitórios, e outras coisas", disse. "O aluno pode ir eventualmente a simpósios, seminários, aí junta todo mundo para períodos mais curtos e isso barateia o custo", acrescentou.

Inovação Educação Conectada

Na tarde desta sexta-feira, Weintraub anunciou a liberação de R\$ 60 milhões para o programa Inovação Educação Conectada que leva internet banda larga para escolas da zona rural do país. A expectativa é que até o final do ano, cerca de três milhões de estudantes sejam beneficiados com o programa.

Os recursos serão repassados para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável por realizar as conexões de internet. De acordo com o MEC, os recursos representam a segunda parcela do programa. A primeira, ainda em 2017, foi no mesmo valor.





No total, serão seis repasses, um por ano, até 2023.

De acordo com a pasta, de janeiro até o momento já foram atendidas 5662 instituições de ensino em 1758 municípios, com cerca de dois milhões de alunos beneficiados. A maior parte das escolas está localizada na Região Nordeste, 3596. Depois vem a Região Norte, com 1022 cidades. O Centro-Oeste aparece em seguida, com 653 municípios atendidos pelo programa.

Segundo o MEC, também houve uma aumento na meta de escolas que serão conectadas até o final de 2019; agora serão oito mil escolas rurais. Antes, o governo trabalhava com a meta de 6.500 escolas.

As conexões são feitas por meio de satélite, com velocidade de 10 megabytes por segundo (Mbs), realizada em parceria com a Telebras, vinculada ao MCTIC, aos custo mensal médio de R\$ 750 por escola conectada.